



GT 08 - Direito À Moradia, ATHIS e Regularização Fundiária em Disputa

## TECNOPLÍTICAS COMO INSTRUMENTO DO DIREITO À MORADIA NO BRASIL E EM PORTUGAL

Débora Cavalcanti<sup>1</sup>  
Ana Carolina C. Farias<sup>2</sup>  
Ana Luisa S. Melo<sup>3</sup>  
Andréa Arruda<sup>4</sup>  
Isabella Rusconi<sup>5</sup>

### 1 INTRODUÇÃO

As práticas de regularização fundiária quando comprometidas com os princípios do direito à cidade e da justiça socioterritorial, podem operar como instrumento de reparação histórica e de redistribuição territorial. No entanto, sua implementação tem sido tensionada por processos crescentes de financeirização da terra, retração das políticas públicas e esvaziamento dos instrumentos participativos (Rolnik, 2019).

Neste cenário, algumas experiências que fazem uso de tecnopolíticas emergem como práticas contra-hegemônicas para consolidação do direito à moradia, que revalorizam o papel da universidade pública, da ciência comprometida socialmente e do conhecimento a partir do território. Tais experiências ganham força sobretudo quando articuladas com movimentos sociais, defensorias públicas e coletivos de moradores, tanto no Brasil, quanto em Portugal.

Esta pesquisa se insere no projeto “Tecnopolíticas da Participação – Panorama das Políticas e Práticas Habitacionais Contra-hegemônicas nos Contextos Brasileiro e Português”, que busca explorar oportunidades de inovação nos mecanismos de participação adotados nas políticas e práticas habitacionais. No contexto deste artigo, introduz a discussão sobre papel das universidades como catalisadoras de inovação social nos países, ao

---

<sup>1</sup> Doutora em Planejamento Urbano, Universidade Federal de Alagoas, Professora Adjunta,, [debora.cavalcanti@fau.ufal.br](mailto:debora.cavalcanti@fau.ufal.br)

<sup>2</sup> Doutora em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Pesquisadora Integrada, [ana\\_carolina\\_farias@iscte-iul.pt](mailto:ana_carolina_farias@iscte-iul.pt)

<sup>3</sup> Doutora em Política Públicas, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa/NOVA FCSH, Pesquisadora Colaboradora, [analuisasouzamelo@gmail.com](mailto:analuisasouzamelo@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (Fa.Ulisboa), Universidade Federal de Mato Grosso, Pesquisadora Integrada, [afarruda@gmail.com](mailto:afarruda@gmail.com)

<sup>5</sup> Mestre em Planejamento Regional e Urbano, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, Pesquisadora Assistente, [isabella\\_rusconi@iscte-iul.pt](mailto:isabella_rusconi@iscte-iul.pt)



mobilizarem ferramentas técnicas e tecnológicas voltadas para a coprodução do espaço na perspectiva do direito à moradia.

## 2 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

No Brasil, apesar das práticas de Assessoria e Assistência Técnica estarem consolidadas e amparadas por instrumentos jurídicos urbanísticos que reconheçam a importância da assessoria técnica pública e gratuita, sua implementação enfrenta entraves estruturais, em parte pela ausência de financiamento regular e de políticas de Estado. As experiências em curso mostram forte protagonismo da universidade pública, especialmente por meio de programas de extensão, que atuam como "ponte" entre comunidades, movimentos sociais, defensorias públicas e o poder público local (Andrade *et al.*, 2019; Azevedo, *et al.* 2024; Maia *et al.*, 2021). O arranjo institucional é frequentemente frágil, dependente de redes pessoais, bolsas estudantis e editais pontuais. Ainda assim, essas experiências têm conseguido mediar conflitos territoriais, elaborar laudos técnicos e propor alternativas jurídicas e urbanísticas para garantir o direito à permanência nos territórios.

Em Portugal, embora não exista um marco legal semelhante no campo da assessoria, as universidades atuam em colaboração com associações locais e câmaras municipais em ações experimentais. Vêm sendo ensaiadas experiências de pesquisa-ação crítica que atuam em bairros informais nas periferias urbanas, especialmente habitados por comunidades migrantes, demonstrando as possibilidades para consolidação de práticas insurgentes (Pereira, 2023) mais amplas no campo da Nova Geração da Política Habitacional (NGPH), no âmbito do Programa 1º Direito (Jorge, 2022). Diante de um arranjo institucional ainda incipiente, a mediação técnica e a atuação crítica da universidade tornam-se elementos centrais para conferir visibilidade às demandas dos territórios e fortalecer sua incidência política.

O projeto “Tecnopolíticas da Participação” centra-se na dimensão tecnopolítica dos recursos mobilizados pelas equipes de assessoria técnica nos dois contextos. Compreendemos as tecnopolíticas da participação como práticas que articulam o uso solidário de tecnologias – entendidas não como neutras, mas como carregadas de disputas – com estratégias de democratização da informação, ampliação da escuta e promoção de autonomia coletiva (Andrade *et al.*, 2019, Farias, 2021; Freitas *et al.*, 2023).

O projeto dialoga com a sociologia da ação pública (Oliveira e Hassenteufel, 2021), ao compreender como prática situada socialmente, construída na articulação entre atores, saberes, instrumentos e territórios. Essa perspectiva permite analisar as políticas e práticas



como arranjos tecnopolíticos que tensionam modelos hegemônicos de produção do espaço, propondo formas colaborativas de gestão e decisão. Consideram-se como referências, a experimentação e inteligência coletiva (Lévy, 1998), o uso crítico da técnica e da ampliação da ação comunitária na definição de soluções territorializadas, ancorada em uma inteligência coletiva insurgente (Holston, 2008) e a centralidade dos direitos socioterritoriais como horizonte político.

Os casos referenciados no Seminário I do projeto<sup>6</sup> revelam diferentes estratégias tecnopolíticas, tais como:

- I. Cartografias sociais e georreferenciamento colaborativo, realizados com participação ativa das comunidades, tanto para subsidiar processos de titulação quanto para visibilizar vulnerabilidades e memórias do território.
- II. Uso de drones e sistemas de informação geográfica (SIG), para produção de cartografia e relatórios urbanísticos e ambientais.
- III. Plataformas digitais participativas, utilizadas para sistematizar informações, apoiar a elaboração de planos de bairro e facilitar o diálogo com o poder público.

Esses recursos, quando mediados criticamente por universidades e coletivos, ampliam o repertório de intervenção das comunidades, fortalecem o controle social e deslocam o monopólio técnico das decisões sobre o território. Mais do que ferramentas, são infraestruturas políticas para construção de autonomia e reconhecimento.

Em termos de resultados diretos no uso das tecnologias, destacam-se a elaboração de projetos de regularização fundiária e planos comunitários, a produção de dossiês técnicos que subsidiam ações de defensorias públicas, a suspensão de remoções e abertura de canais de negociação institucional, o fortalecimento das organizações locais, com ampliação da sua capacidade de mobilização e incidência. Dentre os resultados indiretos, identificam-se a formação político-técnica de estudantes e moradores envolvidos nas ações, o reconhecimento social e institucional das comunidades como sujeitos legítimos de direito e a criação de redes de solidariedade e cooperação entre atores acadêmicos, técnicos e populares.

---

<sup>6</sup> Apresentados pelos grupos de Pesquisa e Extensão Épura-UFMT, LabCidades-UFT e Periférico-UnB e outras plataformas digitais, como Latinno, no âmbito do I Seminário do Projeto, realizado nos dias 03 e 04 de Julho na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FA.U.Lisboa).



### **3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os casos brasileiros e portugueses mostram que, apesar das diferenças normativas e institucionais, há um campo comum de disputa pelo direito à terra e à moradia, em que a participação da universidade se afirma como prática insurgente, especialmente quando articula saberes locais, tecnologias apropriadas e redes de apoio jurídico-técnico-político.

Ao colocar a técnica a serviço das comunidades – e não do mercado –, essas experiências desafiam a racionalidade dominante da regularização fundiária como instrumento de valorização da terra, afirmando-a como campo de justiça e reparação. As tecnopolíticas da participação revelam-se como caminhos promissores para ampliar a atuação dos sujeitos historicamente marginalizados e assim coproduzir soluções territorializadas, emancipatórias e solidárias.

### **AGRADECIMENTOS**

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que financia esse projeto, aprovado no âmbito da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT N° 22/2024.

Às instituições parceiras da Rede Tecnopolíticas da Participação: Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FA.ULisboa), Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) e Universidade de Aveiro (UA).

### **REFERÊNCIAS**

- ANDRADE, Liza Maria Souza de; LOUREIRO, Vânia Raquel Teles; LENOIR, Juliette Anna Fanny; LEMOS, Natália da Silva. Extensão e Tecnociência Solidária: Periférico no DF. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 26, n. 38, p. 189, 2019. DOI: 10.5752/P.2316-1752.2019v26n38p189. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/Arquiteturaeurbanismo/article/view/22188>. Acesso em: 6 jul. 2025.
- AZEVEDO, Doriane; ARRUDA, Andréa Figueiredo; JUNQUEIRA NETO, Antonio Mascarenhas; PINTO, Luiz Antônio de Figueiredo; CORDEIRO, Vanessa Alves. ATHIS e a Lei 13.465/2017: resultados parciais do processo de regularização fundiária urbana dos núcleos informais Santa Terezinha e Alto da Boa Vista. VERNÁCULA - Territórios Contemporâneos, [S. l.], v. 2, n. 8, 2024. DOI: 10.18312/vernacula.v2i8.2869. Disponível em: <https://periodicos.univag.com.br/index.php/Vernacula/article/view/2869>. Acesso em: 6 jul. 2025.



FARIAS, Ana Carolina Carvalho. Coprodução de interfaces tecnopolíticas: hacking cívico para o desenvolvimento local em Lisboa. 2021. Tese (Doutorado) – ISCTE, Lisboa, 2021.

FREITAS, Christiana Soares de, SAMPAIO, Rafael Cardoso and AVELINO, Daniel Pitangueira. de. Proposta de análise tecnopolítica das inovações democráticas, Texto Para Discussão. 2023., pp. 1–35, doi: 10.38116/td2848.

HOLSTON, James. Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil. 2008. Princeton: Princeton University Press.

JORGE, Sílvia. A alavanca do 1.o Direito: um olhar sobre a primeira geração de Estratégias Locais de Habitação. 2022. Finisterra, Vol. 57 No. 119, pp. 109–128, doi: 10.18055/Finis25645.

LÉVY, Pierre. Inteligência Coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo: Loyola, 1998.

MAIA, Olívia; OLIVEIRA, Mariela; GOMES, Andressa; NASCIMENTO, Erica; BAZOLLI, João. Núcleos urbanos informais. Projeto e participação popular. Um manual de REURB enquanto Extensão Universitária. 2021. Palmas: Eduft, 2021. 97 p.

OLIVEIRA, Osmany Porto de; HASSENTEUFEL, Patrick (orgs.). Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2021. 461 p.

PEREIRA, Elson Manoel. Da Participação à Insurgência: Práticas Emergentes Na Construção Da Cidade, Editora Insular, Florianópolis, 2023.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial, São Paulo, 2019.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial, São Paulo, 2019.